

INFORME



20 a 24 de setembro de 2021

Fecomércio MG

Secretário-adjunto de Estado da Fazenda esclarece questões tributárias na Reunião de Diretoria



Comunicação Fecomércio MG

Analizar o cenário tributário mineiro e a necessidade de reformas estruturantes no país. Esses foram alguns temas abordados pelo secretário-adjunto da Fazenda de Minas Gerais, Luiz Claudio Lourenço, na manhã dessa quarta-feira (22/09), durante a **Reunião de Diretoria da Fecomércio MG**. Ele defendeu uma Reforma Tributária ampla, capaz de fazer com que a economia do país se recupere e mantenha um crescimento satisfatório.

Além disso, Lourenço **explicou aos diretores os detalhes sobre a 1ª fase do projeto de barreira tributária eletrônica**, a ser implementado sem custos pelo governo de Minas até o fim do ano, com base na infraestrutura atual de câmeras de trânsito. A ideia é monitorar a entrada e saída de mercadorias do estado, a fim de combater a sonegação e garantir mais equidade no tratamento com os contribuintes.

Lourenço também esclareceu que os problemas no sistema de emissão da NFC-e já foram sanados. Segundo ele, em breve, será lançada uma cartilha de boas práticas para as empresas emissoras desse documento fiscal, obrigatório para todas as faixas desde 1º de agosto, exceto para as empresas que faturem até R\$ 120 mil.

Justiça nega pedido da Fecomércio MG por mandado de segurança contra o Difal-ICMS

A **1ª Vara de Feitos Tributários da Comarca de Belo Horizonte** proferiu **sentença no mandado de segurança coletivo impetrado pela Fecomércio MG** contra a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), oportunidade na qual denegou a segurança. A ação buscava garantir aos representados pela Federação, que optam pelo Simples Nacional, não serem autuados pelo não recolhimento do Diferencial de Alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Difal-ICMS).

Em sua sentença, a juíza Christina Bini Lasmar cita a decisão prévia do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (RE) 970.821, Tema nº 517. A Corte julgou como constitucional a imposição tributária do Difal-ICMS pelo Estado de destino na entrada de mercadoria em seu território devido por sociedade empresária aderente ao

Simples Nacional, independentemente da posição desta na cadeia produtiva ou da possibilidade de compensação dos créditos.

O Difal-ICMS é a cobrança da diferença entre a alíquota interna de ICMS do estado de origem da mercadoria para o estado de destino desse produto.

Nas compras interestaduais, ele está previsto pela Lei Complementar nº 123/2006.

A Federação questionava o fato de as empresas optantes pelo Simples Nacional já recolherem o ICMS com base em seu faturamento, contrariando o princípio do tratamento diferenciado e favorável a micros e pequenas empresas no país.

Confira [na íntegra](#) a sentença da 1ª Vara de Feitos Tributários.

Proposta apoiada pela Fecomércio MG com benefícios tributários ao comércio entra em regime de urgência

A **Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira (21/09) o regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 5/2021**, do deputado Efraim Filho (DEM-PB). A medida prorroga por 15 anos os incentivos fiscais concedidos pelos estados e pelo Distrito Federal para empresas comerciais. **O projeto**, que poderá ser votado nas próximas sessões do Plenário da Câmara, **contou com diversas ações legislativas da Fecomércio MG junto a bancada mineira**.

Na última semana, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o PLP 5/2021, com apoio da Fecomércio MG e da CNC. A Federação enviou uma nota técnica da Confederação aos deputados mineiros da CCJ, com parecer

favorável à medida. O material destaca que o projeto de lei está em consonância com os princípios constitucionais de igualdade e capacidade contributiva, colocando o setor em condições semelhantes à agropecuária e à indústria.

A CNC também ressalta a relevância do comércio para o abastecimento nacional, movimentando a economia e gerando emprego e renda à população. A matéria também foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara.

Em nosso site, você confere a [nota técnica](#) favorável ao PLP nº 5/2021.

INFORME



20 a 24 de setembro de 2021

Fecomércio MG

Apoiado pela Fecomércio MG, projeto de lei que diminui penalidades tributárias tem votação adiada em Comissão da Assembleia

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) adiou a votação do Projeto de Lei (PL) nº 1.761/2020. A medida, apoiada pela Fecomércio MG, visa reduzir as penalidades tributárias impostas pela Lei Estadual nº 6.763/1975. Em julho, a entidade encaminhou uma nota técnica favorável à medida aos parlamentares dessa comissão.

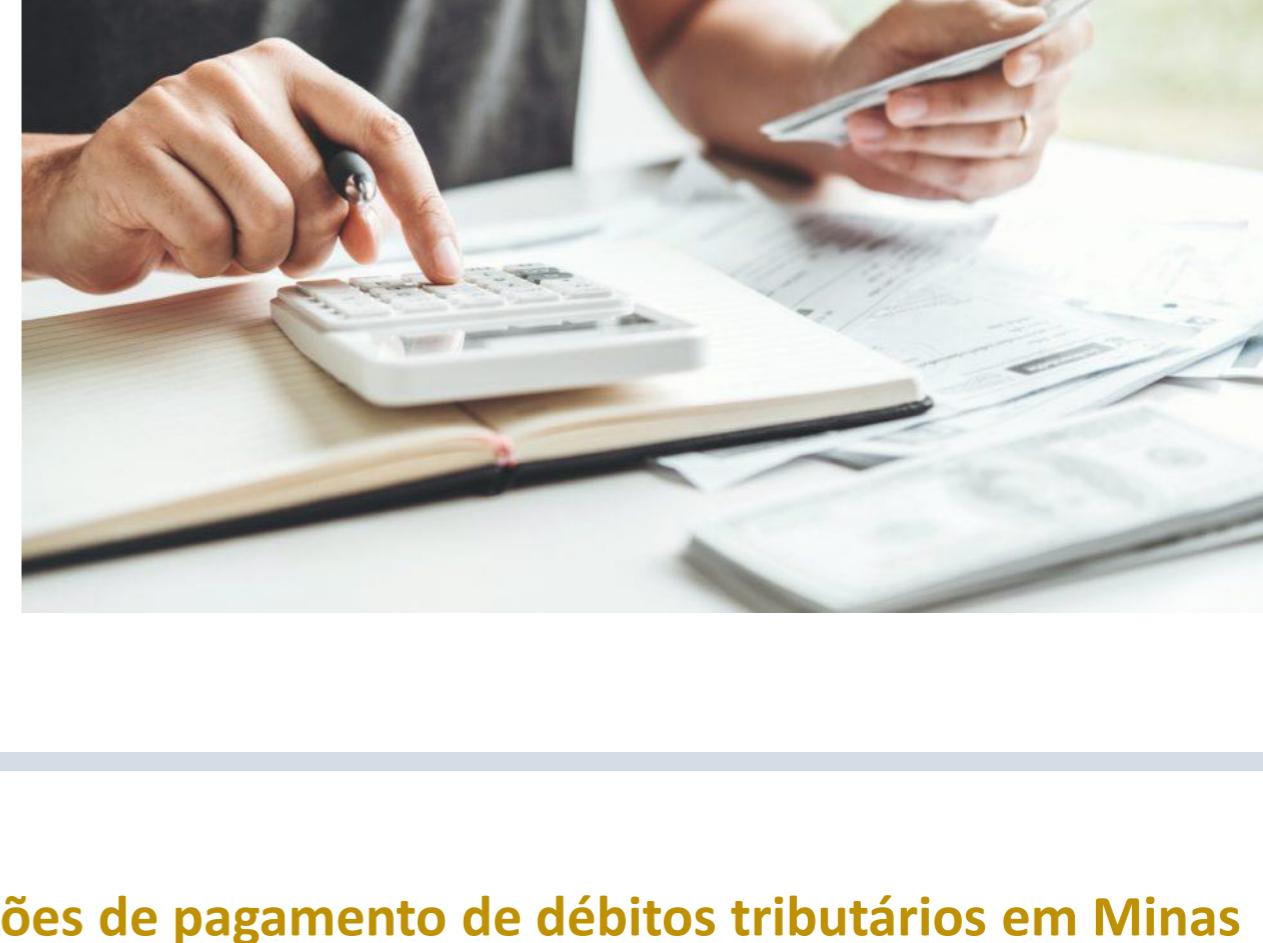
De acordo com a entidade, o **PL nº 1.761/2020, de autoria do deputado estadual Bartô (Novo), busca garantir equilíbrio e razoabilidade ao sistema tributário mineiro.** Além disso, visa aprimorar a efetividade da arrecadação tributária no estado, prejudicada por fatores como a legislação complexa, as divergentes interpretações e os valores exacerbados das multas.

A proposta também amplia as hipóteses de aplicação do permissivo legal, autorizando o Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais a reduzir ou extinguir

determinadas multas. Para debater esses e outros pontos da proposta, a Federação participou, em junho, de uma reunião técnica com membros da ALMG e da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

Leia, na íntegra, a [nota técnica favorável ao PL nº 1.761/2020.](#)

Banco de imagens



Federação apoia projeto de lei que modifica as condições de pagamento de débitos tributários em Minas

Alterar a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, atualizando suas normas de regência. É o que propõe o **Projeto de Lei (PL) nº 2992/2021**, de autoria do deputado Hely Tarquínio (PV), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Nessa terça-feira (21/09), o **relator da proposta, deputado estadual Sávio Souza Cruz, emitiu um parecer favorável à medida, na forma do substitutivo nº 1.**

A Fecomércio MG tem realizado ações junto à CCJ pela aprovação da medida, cuja tramitação foi adiada em função do pedido de vista do deputado estadual Guilherme da Cunha (Novo). Por meio de [nota técnica](#), a entidade defende que a medida altera as normas tributárias do Estado de forma a compatibilizar a

eficiência da arrecadação junto ao tratamento proporcional e isonômico aos contribuintes.

Entre os temas inclusos na medida estão a possibilidade: de o contribuinte pedir a recomposição da conta gráfica; de o contribuinte regularizar suas pendências com o Estado, mediante o pagamento com bens imóveis e precatórios; de atualizar os valores que forem objeto de restituição; de vedar a apreensão de veículos nas hipóteses de inadimplemento de tributos; e de permitir a transferência de crédito quando contribuinte possuir a certidão positiva com de negativa.

Após aprovação na CCJ, o projeto seguirá para as Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

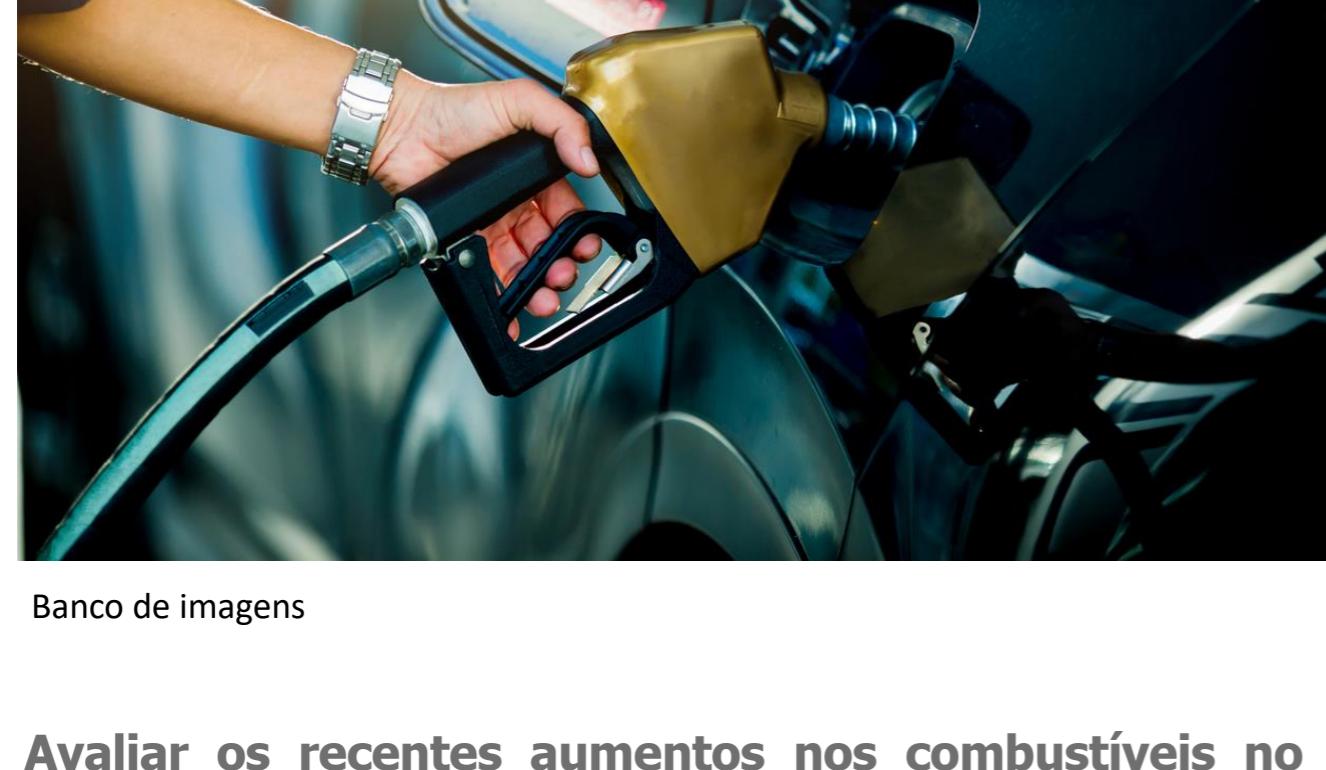
Avaliar os recentes aumentos nos combustíveis no estado e o impacto do ICMS nesse valor. Esse foi o objetivo da audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O encontro nessa quinta-feira (23/09), teve a participação do diretor Helvécio

Siqueira Braga, representando a Fecomércio MG e a presidente interina, Maria Luiza Maia Oliveira.

Durante a audiência, o diretor expôs o posicionamento da Federação, construído por meio de uma [análise](#) dos departamentos Jurídico e Estudos Econômicos da entidade. Segundo a Fecomércio MG, uma das soluções para tentar reduzir o preço dos combustíveis seria abaixar a alíquota do ICMS na proporção do diferencial entre a receita projetada no orçamento de 2020 e aquela observada em 2021.

Após a participação da entidade na audiência pública, o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, deputado Bartô (Novo), informou que irá apresentar um requerimento com a sugestão da Fecomércio MG para que o Estado possa analisar o tema.

Confira a audiência na íntegra pela [TV ALMG](#).



Banco de imagens

CONFIRA A AUDIÊNCIA NA ÍNTGRA PELA [TV ALMG](#).

INFORME

20 a 24 de setembro de 2021

Fecomércio MG

Diretor da Fecomércio MG participa de nova edição do “Conexão Empresarial”, da VB Comunicação

O diretor da Fecomércio MG, José Maria Facundes, representou a entidade em mais uma edição do

“Conexão Empresarial”, evento organizado pela VB

Comunicação. A iniciativa, realizada nessa segunda-feira

(20/09), promove uma série de encontros com importantes

nomes do lideranças dos setores público e privado. Além

disso, busca debater diversos temas que impactam as

empresas mineiras.

Nesta edição, o Conexão Empresarial teve a participação do

presidente do Sebrae, Carlos Melles, que explanou sobre o

cenário das micros e pequenas empresas no Brasil. Já

Facundes analisou o comércio de bens, serviços e

turismo em Minas Gerais, bem como o compromisso

da Federação com a retomada de todo o setor,

afetado duramente pela pandemia de Covid-19.

Os presidentes da Faemg, Roberto Simões; o advogado da CNT, Sérgio Antônio Ferreira Victor; e o presidente da

CDL/BH, Marcelo Souza e Silva, também participarão do

evento.

Organizado há mais de dez anos pela VB Comunicação, o

evento tem contribuído para estimular o debate sobre a

economia mineira, com debates sobre relacionamento

corporativo, experiências e negócios.

Reprodução



**CONEXÃO
EMPRESARIAL**